

Atores sociais, ativismo urbano e planejamento insurgente

Sidney Piochi Bernardini - (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade - UNICAMP)

Vanessa Marx - (Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFRGS)

RESUMO GERAL

Esta sessão livre parte da premissa de que o planejamento territorial contemporâneo passa por uma crise estrutural que se vincula à própria crise do capitalismo e acirramento do neoliberalismo como uma nova racionalidade global, conforme defendem Pierre Dardot e Christian Laval no livro *A nova razão do mundo* (Boitempo, 2016). O planejamento territorial moderno ganhou plenitude com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social do Segundo Pós-Guerra no hemisfério norte, reverberando enquanto método compreensivo também nos países do hemisfério sul, para os quais foi utilizado como fórmula para promover o desenvolvimento social e econômico sob inspiração do modelo hegemônico, mesmo considerando a complexa estruturação dos Estados Nacionais que se formaram e se constituíram a partir do projeto colonizador desde o Antigo Regime. O paradoxo do planejamento territorial moderno é que, ao mesmo tempo em que postulou mudanças importantes no ambiente urbano, modernizando as infraestruturas e condicionando um novo modo de viver nas cidades, foi também catalisador e amplificador dos desajustes sociais provocados pelo capitalismo global. Nesta lógica, o planejamento estatal que historicamente se praticou no Brasil estabeleceu marcos de transformação espacial contribuindo também para a manutenção e o acirramento dos processos de segregação socioespacial, acentuando as desigualdades ao canalizar investimentos públicos nos espaços já valorizados e apropriados pelas elites.

Os movimentos sociais urbanos sempre tiveram um papel decisivo para a contestação e resistência dos modelos impostos pelos Estados Nacionais vinculados a este projeto modernizador e colonizador, principalmente na América Latina. No Brasil, ganharam destaque a partir dos anos 1960 com o crescimento das grandes cidades a partir do processo de mudança da matriz industrial que acelerou o desenvolvimento econômico neste cenário. Desde então, um importante conjunto de mudanças, não só institucionais, como de caráter espacial foi sendo incorporado pelas práticas planificadoras e para as quais a participação dos movimentos sociais teve enorme importância, questões que ficaram subjacentes nos estudos urbanos que analisaram o histórico processo de urbanização brasileiro sob a dual perspectiva da relação entre crescimento e pobreza. Sob a contestação teórica desta dualidade já apontada por Chico de Oliveira em *Crítica à razão dualista* (Boitempo, 2003), as práticas insurgentes e os modos de operar dos atores sociais urbanos sob uma perspectiva microescalar não tiveram o mesmo peso nas análises sobre a formação dos territórios, questão que passou a ganhar destaque mais recentemente nos estudos urbanos voltados à compreensão das lógicas de produção do espaço sob a perspectiva contra-hegemônica, assumindo as especificidades intrínsecas a este processo. Não sem razão, tais análises ficaram ainda mais contundentes na última década, sob a clara percepção do

acirramento do Estado neoliberal e a explicitação do *modus operandi* do capital internacional financeirizado.

Ainda assim, pesa sobre os estudos urbanos brasileiros uma tendência em se explicitar as incongruências presentes na relação entre sociedade e Estado na perspectiva de corroborar as conquistas advindas pelo movimento da reforma urbana no Brasil, apanágio da luta pela terra urbanizada e insistência na ideia de que a função social da propriedade deve ser cumprida sob os auspícios constitucionais. A latente desvantagem que se estabeleceu entre a população não proprietária e a proprietária do solo urbano consubstancia este novo momento conduzido pelo Estado neoliberal e põe em xeque o modelo constitucional que, por ora, se faz sob uma interpretação civilista da terra urbanizada, confrontando o horizonte do direito à cidade, tendo em vista o aumento expressivo de processos de reintegração de posse no Brasil. Os mecanismos impostos pelo Estado neoliberal são coerentes com o novo momento vinculado ao capitalismo tardio, escancarando o anacronismo presente nas formas jurídicas decorrentes ainda da Segunda Revolução Industrial consolidadas em um modelo de planejamento tomado como propulsor desta luta. A desvantagem cada vez mais acirrada entre as forças capitalistas contemporâneas torna ainda mais importante o aprofundamento das análises urbanas na perspectiva dos ativismos urbanos, não só para a compreensão das estratégias neles utilizadas como para a formulação de novas hipóteses acerca de um planejamento emancipador.

Não sem surpresa, o núcleo teórico que dá sustentação para muitas pesquisas recentes relacionadas aos ativismos urbanos e aos movimentos insurgentes parte dos centros de pesquisa hegemônicos e aportam no chamado "sul global" como chaves de entendimento e compreensão dos fenômenos aqui relacionados. Esta base teórica continua postulando a formulação das ideias no epicentro do mundo neoliberal. Nomes como os de James Holston, Ananya Roy e Jennifer Robinson passaram a fazer parte do circuito intelectual que percorre as temáticas em ascensão nas pesquisas brasileiras. Daí decorrem dois caminhos possíveis: tomá-los como referências importantes, assumindo que, de fato, ancoram uma nova possibilidade de fazer o giro epistemológico nos estudos urbanos, ou imergir nas investigações empíricas que induzirão o aprimoramento da teoria urbana na América Latina e no Brasil, evidenciando também aquelas formulações que não partem apenas dos centros hegemônicos. Assim é que os trabalhos de investigação sobre as insurgências podem usufruir de um amplo leque de possibilidades metodológicas e empíricas que estruturam o pensamento sobre as realidades e a práxis social latino-americanas e brasileiras.

Neste sentido, essa sessão buscará mostrar alguns aspectos importantes que resultam desta problemática: 1 - as inquietações teórico-metodológicas provocadas por um conjunto de pesquisas realizadas recentemente e que postulam a contradição entre as práticas planificadoras estatais no âmbito de políticas públicas e os mecanismos e estratégias utilizadas para rebater o modelo hegemônico na via do planejamento estatal; 2 - as transformações nas práticas insurgentes dos atores que lutam pelo direito à moradia nas grandes cidades brasileiras, diante das mudanças de contexto político desde a redemocratização brasileira, tendo como foco a cidade de Fortaleza - CE; 3 - a ecologia dos saberes que propicia as experiências compartilhadas e a produção

de espaços em comum, em resposta às desigualdades provocadas pelos processos planejadores e conhecidos mundialmente como práticas exemplares, ou, para usar o termo corrente, como "*best practices*", em Curitiba - PR; 4 - o olhar dos atores sociais sobre o bairro Floresta, na região do 4º Distrito de Porto Alegre, onde a pesquisa mostra um território em disputa e heterogêneo em que os projetos para esta área deveriam ser pensados com a participação de seus habitantes e de suas práticas sociais.

HORIZONTES CONTRA-HEGEMÔNICOS NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: INQUIETAÇÕES E REFLEXÕES NO PERCURSO DE PESQUISAS RECENTES

Sidney Piochi Bernardini / Docente e pesquisador do Departamento de Arquitetura e Construção da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade (ATC - UNICAMP). Pesquisador líder do Grupo de Pesquisa Território, Urbanização e Planejamento (TERUPLANO)

O artigo "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências" de Boaventura de Souza Santos (2003), serve como fio condutor para uma reflexão sobre o conjunto de cinco pesquisas que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa "Território, Urbanização e Planejamento". A vinculação do planejamento territorial ao Estado neoliberal reduz as possibilidades de tomá-lo como método eficaz para a concretização das transformações necessárias em conformidade com o que preconizou a reforma urbana no Brasil. As dificuldades e involuções das práticas hegemônicas estatais postuladas pela atual distopia no âmbito da política urbana ressaltam a necessidade de estabelecer um giro epistemológico na estrutura de pensamento sobre o planejamento territorial consubstanciado na imersão nas teorias que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do chamado sul global. Para além de uma literatura que se mostra relevante para revelar este novo marco teórico incluindo autores como Ananya Roy, Jeniffer Robinson, John Friedman e Faranak Miraftab, as especificidades encontradas na realidade brasileira e latino-americana exigem uma incursão do ponto de vista empírico de forma a, como postula Santos, dilatar o presente e contrair o futuro, redirecionando o olhar para as experiências e práticas cotidianas dos grupos sociais.

NATUREZA CAMBIANTE E CONJUNTURAL DO PLANEJAMENTO INSURGENTE: O CASO DE FORTALEZA

Clarissa F. Sampaio Freitas / Docente e pesquisador do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D/UFC)

O trabalho "Planning in the Public Domain" (Friedman, 1987) tem informado uma reflexão global sobre a possibilidade do planejamento em responder às causas estruturais dos problemas urbanos, no qual o "planejamento radical" tem sido essa chave teórica. Miraftab (2012), por exemplo, utiliza a abordagem relacional de Friedman para documentar a

influência do neoliberalismo nas políticas de planejamento declaradas includentes e/ou participativas. A partir do “planejamento insurgente”, ela realiza a leitura dos ativismos de atores marginalizados que denunciam os efeitos do planejamento democrático/includente hegemônico no contexto do Sul Global. Utilizaremos esta proposição teórica para interpretar a influência do neoliberalismo no planejamento democrático brasileiro, originalmente concebido pelos movimentos de reforma urbana, através da noção de direito à cidade. Para tanto, estabelecemos a relação entre a conjuntura política local e nacional, posicionando em linha do tempo as ações e efeitos do planejamento institucional na experiência de moradores de assentamentos informais em Fortaleza, a partir de casos específicos de disputa pela terra urbanizada. Logo, o trabalho destaca a centralidade das respostas dos moradores no desfecho dos conflitos analisados. Para além da escuta das narrativas do conflito de atores marginalizados, a análise espaço/temporal destaca a natureza cambiante e conjuntural do planejamento insurgente.

PRÁTICAS INSURGENTES EM CURITIBA: ENTRE A URGÊNCIA E A UTOPIA

Maria Carolina Maziviero/ Docente e pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (DAU-UFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PPU UFPR). Pesquisadora grupo CUAL - Comum Urbano na América Latina

Curitiba é mundialmente conhecida por conta da construção de uma narrativa ancorada na institucionalização do planejamento urbano e no sistema de transporte urbano “modelar”. É, contudo, essencialmente uma cidade que busca evitar espaços não planejados. No entanto, assim como as demais grandes cidades brasileiras, é marcada por um desenvolvimento urbano complexo e desigual, que gerou uma cidade partida e segregada. Ao mesmo tempo e para além do espaço disciplinar já concebido e estabelecido, há saberes que são elaborados na experiência partilhada de produzir um espaço em comum, portanto enraizado nessas ações coletivas. Seu reconhecimento faz parte do entendimento amplo e complexo do espaço urbano, percebendo, na fixação espacial, a materialização das práticas políticas que confrontam um olhar puramente imagético da cidade de Curitiba, fruto do discurso anacrônico e unilateral de “cidade modelo”. Este trabalho constrói um panorama geral das disputas e apropriações do espaço urbano em Curitiba através da espacialização das práticas insurgentes de grupos submetidos a processos históricos de opressão, dominação ou discriminação. Discute-se as principais motivações, pautas e táticas de intervenção urbana que compõem outros modos de produzir e vivenciar Curitiba, alargando seus horizontes de sentidos e reconstruindo-a no cotidiano, entre a urgência e a utopia.

O OLHAR DOS ATORES SOCIAIS SOBRE O BAIRRO FLORESTA EM PORTO ALEGRE

Vanessa Marx / Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização

das Cidades (GPSUIC). Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles- Núcleo Porto Alegre.

O trabalho apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) que parte de três conceitos norteadores: financeirização das cidades, internacionalização das cidades e direito à cidade. Estes conceitos são a base para o desenvolvimento de referencial teórico da investigação. O bairro Floresta pertence à região do 4º Distrito de Porto Alegre. Este território vem sendo pensado como um lugar de inovação, de criação de novos negócios e regimes urbanos e de expansão do mercado imobiliário. O objetivo da pesquisa consiste em descrever as relações complexas, convergentes e/ou contraditórias que vem se estabelecendo entre os atores sociais no bairro Floresta. A partir de metodologia para estudos urbanos construída no grupo de pesquisa foram definidas dimensões e eixos que pudessem captar a questão multiescalar no território, a relação com o bairro e a formação de redes e alianças. Este trabalho busca mostrar as contradições e a diversidade existente neste território a partir do olhar dos atores sociais, evidenciando que a cidade é um espaço de disputa heterogêneo, onde os projetos pensados para regiões da urbe deveriam ser pensados com a participação de seus habitantes e de suas práticas sociais.